



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

21
clg 047

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0127023-9/01

EMBARGANTE(S): Estado de Pernambuco

EMBARGADO(S): José Alves de Souza

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO DISPOSTO NO ART. 485, V, CPC, QUANDO DA PROLAÇÃO DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM AÇÃO RESCISÓRIA. REJEIÇÃO.

- O manejo de embargos de declaração com o fim de prequestionamento e efeito infringente do julgado só é admissível em situação excepcional, quando manifesto o equívoco cometido, o que, a toda evidência, não é o caso dos autos, razão pela qual devem ser rejeitados os embargos.
- Unanimemente, conheceu-se, porém rejeitou-se o recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração n. 0127023-9/01, em que figuram como embargante(s) Estado de Pernambuco e como embargado(s) José Alves de Souza.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer, porém em rejeitar os Embargos Declaratórios.

Recife, 24 de junho de 2010


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



22/07

048

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PRIMEIRO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0127023-9/01

EMBARGANTE(S): Estado de Pernambuco

EMBARGADO(S): José Alves de Souza

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, opostos em face de acórdão proferido na Ação Rescisória n. 0127023-9.

Sustenta o embargante que, quando da prolação do acórdão ora vergastado, houve afronta ao disposto no art. 485, V, CPC, sendo imprescindível, assim, para o manejo dos recursos constitucionais, o pronunciamento, pelo Grupo, acerca de tal questão (violação ou não do inciso V, art. 485, do CPC).

Aduz que a presente alegação de afronta ao art. 485, V, CPC não restou suscitada nas razões da rescisória proposta, e nem poderia ser, pois só surgiu quando da prolação do *decisum* embargado.

Defende que o acórdão recorrido mostra-se omissos no tocante ao dispositivo legal em comento (CPC, art. 485, V), cuja apreensão e abordagem afiguram-se imprescindíveis ao deslinde da questão posta em juízo, pelo que é necessário que haja pronunciamento a seu respeito.

Argumenta que os entendimentos sumulados de tribunais superiores, que dizem não caber rescisória por violação a literal disposição de lei quando a decisão rescindenda se houver baseado em texto legal de interpretação controvertida (STF 343, TST 83 e TRF 134), não podem ser aplicados, por contrariarem as garantias constitucionais do direito de ação e da igualdade, bem como os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito e da legalidade.

Afirma que, ante a facilidade em se proceder a pesquisas pelos modernos meios de comunicação de dados, notadamente a Internet, sempre haverá a oportunidade para se encontrarem acórdãos divergentes sobre a interpretação da lei federal, de modo que, caso apliquem-se os verbetes sumulados supramencionados, ficará praticamente inviabilizado o direito de exercício da ação rescisória pela hipótese do inciso V do art. 485 do CPC.

Alega que a interpretação divergente sobre a lei federal não pode servir de óbice ao exercício da ação rescisória; que também não se pode admitir que

¹ Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: (...)

V - violar literal disposição de lei; (...)

23/11

049

apenas tenha lugar a rescisória com base no art. 485, V, CPC se a exegese defendida pelos julgadores se mostrar manifestamente equivocada, absurda - como o fez o acórdão combatido - isto porque, segundo assevera o recorrente, o dispositivo legal em apreço é claro: se a decisão de mérito, transitada em julgado, violar literal disposição de lei, poderá ser rescindida - e tal, inequivocamente, foi o que ocorreu com o acórdão rescindendo: violou literalmente o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910/32 e o art. 61, §1º, II, "a", da CF/88.

Requer, ao final, a concessão de provimento aos embargos, no sentido de que haja manifestação expressa deste Egrégio Grupo acerca da existência de violação, ou não, do art. 485, V, CPC.

Conforme certidão de fl. 17, decorreu o prazo legal sem que a parte embargada apresentasse impugnação ao presente recurso.

Eis o relatório.

VOTO

De acordo com o Estado de Pernambuco (ora embargante), ao considerar que "não há falar em ofensa literal à disposição de lei quando a decisão rescindenda encontra-se amparada em interpretação possível da matéria legal aplicável ao caso" e que "a rescisão da decisão somente se justificaria, lastreada no art. 485, V, do CPC, se a exegese defendida pelos julgadores se mostrasse manifestamente equivocada, absurda - o que não se verifica na hipótese dos autos", o acórdão embargado acabou por violar os termos do art. 485, V, CPC, pelo que requer a expressa manifestação deste Grupo acerca da existência ou não da aludida violação.

Tenho, entretanto, não assistir razão ao recorrente. Em primeiro lugar, porque, em verdade, os presentes aclaratórios pretendem rediscutir a matéria decidida no acórdão guerreado, no intuito de modificar o resultado do julgamento proferido na Ação Rescisória n. 0127023-9 por este órgão.

Todavia, o manejo de embargos de declaração, com efeito infringente do julgado, só é admissível em situação excepcional, quando manifesto o equívoco cometido - o que, a toda evidência, não é o caso dos autos.

Em abono a esse entendimento, trago o magistério do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, manifestado no julgamento do REsp 1.757/SP:

"A doutrina e jurisprudência têm admitido o uso de embargos declaratórios com efeito infringente do julgado, mas apenas em caráter excepcional, quando manifesto o equívoco e não existindo no sistema legal outro recurso para a correção do erro cometido." (STJ - 4ª Turma - in "Jus - Jurisprudência Informatizada Saraiva" - nº. 34).

Na realidade, o embargante está a pretender a modificação do julgado, com a adesão à tese por ele defendida - o que lhe é defezo pela via ora eleita.

24/07

050

Os embargos declaratórios não se prestam para o reexame de matéria já apreciada e não devem ter por objetivo a renovação da discussão. Esse recurso é meio hábil para a integração e complementação do julgado anterior. A pretensão infringente só deve ser acolhida em casos excepcionais, ou seja, quando não haja recurso específico e em situações de manifesto equívoco do julgamento: 'Não é a situação que se examina no caso concreto. Inexiste teratologia, vícios ou manifesto equívoco no acórdão embargado.

Ora, ao Tribunal, assim como ao Juiz monocrático, incumbe apenas e tão-somente julgar de acordo com o seu convencimento e com a sua consciência, optando pelo posicionamento que lhe parecer mais adequado ao enfrentamento da questão colocada ao seu poder-dever de decisão.

Nessa esteira, este Grupo, quando da análise da Ação Rescisória n. 0127023-9, acolheu o posicionamento jurisprudencial e doutrinário resumido, no acórdão atacado, no seguinte sentido (fl. 339):

***EMENTA:** AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSIÇÃO DE LEI. IMPROCEDENTE.

- Não há falar em ofensa literal à disposição de lei quando a decisão rescindenda encontra-se amparada em interpretação possível da matéria legal aplicável ao caso. A rescisão da decisão somente se justificaria, lastreada no art. 485, V, do CPC, se a exegese defendida pelos julgadores se mostrasse manifestamente equivocada, absurda - o que não se verifica na hipótese dos autos.

- Não se pode olvidar que se está diante de decisão sob o efeito da *res iudicata*. Por isso, a rescisão é considerada remédio extremo somente autorizado pelas hipóteses exaustivamente elencadas no art. 485 do CPC. E sendo assim, é certo que a mudança de entendimento (inclusive pelo mesmo julgador) não configura imperfeição bastante para que se supere a necessidade de resguardo da segurança e estabilidade das relações jurídicas.

- À unanimidade, julgou-se improcedente a ação rescisória."

De qualquer forma, é consabido que a contradição passível de apreciação nesta espécie recursal (embargos de declaração) é aquela existente no âmago da própria decisão, entre as suas próprias proposições, e não em relação à interpretação de artigos legais supostamente violados ou mesmo em relação a outros julgados, ainda que emanados do Tribunal Maior.

A propósito, como mão à luva ao caso presente:

"Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão (RTJ 89/548, 94/1.167, 103/1.210, 114/351) não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em consequência, a desconstituição do ato decisório". (RTJ 154/223, 155/964)" (NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. Ed. Saraiva, 30ª ed., 1999, p. 559).

25/05 051

Quanto ao prequestionamento, pacificada jurisprudência tem entendido que, mesmo para esse efeito, a oposição de embargos pressupõe a existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, não sendo, repita-se, o meio legal para reexaminar as questões decididas e o acerto do julgado. A respeito, confira-se:

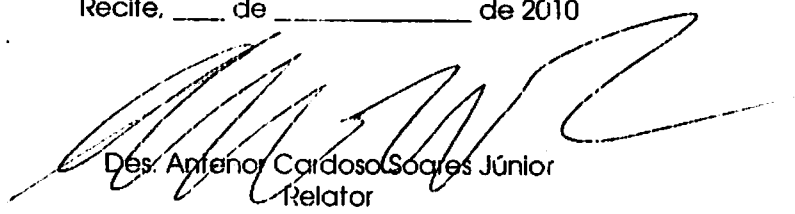
"Mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Este recurso não é meio hábil ao reexame da causa". (STJ - 1ª Turma, REsp n. 13.843-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 06ABR92).

Ressalte-se que, diversamente do que defende o recorrente, não há que se falar em omissão, no particular, pois a apreensão e abordagem do inciso V do art. 485 do CPC já fora feita, justamente, quando do julgamento da Ação Rescisória n. 0127023-9, pelo que esta restou julgada improcedente.

Outrossim, segundo afirma o próprio embargante, a defendida afronta ao art. 485, V, CPC teria surgido apenas quando da prolação do *decisum ora* recorrido (este, inclusive, denominado, pelo Estado, de rescindendo - fl. 05). Sendo assim, o remédio cabível não seriam os presentes Embargos Declaratórios, mas sim outra Ação Rescisória, a ser ajuizada, agora, em face do acórdão embargado.

Diante de todo exposto, voto pela rejeição dos presentes embargos.

Recife, ____ de ____ de 2010



Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator